

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A SAÚDE INFANTIL NO PRIMEIRO ANO DE VIDA DE CRIANÇAS ABRIGADAS EM CÁRCERE E PROVENIENTES DO DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE VESPASIANO, MINAS GERAIS

Júlia Oliveira Martins¹; Laiz Mendonça Darwich¹; Rafaela Ayres Catalão¹; Silmar Paulo Moreira Rates¹; Isabela Resende Silva Scherrer¹.

¹Faculdade da Saúde e Ecologia Humana.

juliamartins.97@hotmail.com, (31)997385439.

INTRODUÇÃO: Dentre os direitos assegurados às mulheres encarceradas tem-se a permanência com seus filhos durante o primeiro ano de vida, período este crucial para o desenvolvimento infantil. No Brasil, a escassez de pesquisas sobre o impacto da situação carcerária na saúde do lactente aponta para a necessidade de avaliar se a permanência dele na penitenciária, durante esse período, deve ser defendida.

OBJETIVO: Comparar a saúde infantil no primeiro ano de vida de crianças que vivem juntamente com suas mães em regime carcerário em relação a crianças proveniente de ambiente domiciliar e atendidas em serviço de atenção primária, no município de Vespasiano, Minas Gerais.

METODOLOGIA: Realizado um estudo transversal, de base ecológica, cuja amostra foi composta por 50 lactentes abrigados em cárcere com suas mães e 50 lactentes provenientes do domicílio. Os locais de estudo foram o Centro de Atendimento Médico à Comunidade “Carlo Américo Fattini”, localizado nos anexos da Faculdade da Saúde e Ecologia Humana (FASEH), e o Centro de Referência da Gestante Privada de Liberdade (CGPL). Os dados foram obtidos através da análise dos prontuários das crianças com o objetivo de avaliar a saúde física de forma integral através dos indicadores: estado nutricional, aleitamento materno exclusivo até os quatro meses, vacinação, adoecimento, acidentes e uso de ferro profilático. Os critérios foram escolhidos por sintetizar as ações básicas priorizadas pelo Ministério da Saúde para a saúde da criança e também por sua importância enquanto indicadores de saúde infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Variável	Categoria	CGPL	FASEH	Valor p
Sexo	Masculino	30	27	0,545
	Feminino	20	23	
Estado nutricional	Eutrófico	42	45	0,372
	Desnutrido/Sobrepeso	8	5	
Aleitamento materno exclusivo	Menos 4 meses	21	24	0,688
	Até os 4 meses	29	26	
Estado vacinal	Completo	42	39	0,611
	Em atraso	8	11	
Adoecimento	Menos de 8 episódios	25	45	0,000
	8 ou mais episódios	25	5	
Acidentes	Nenhum	48	48	1,000
	Um ou mais	2	2	
Ferro profilático	Suplementação	14	33	0,000
	Ausência de suplementação	36	17	

Tabela 1. Comparação entre as variáveis categóricas e os grupos estudados.

Existe relação estatística significativa entre os indicadores: adoecimento e uso de ferro profilático. Metade das crianças do cárcere apresentava menos de oito episódios de adoecimento, diferentemente das crianças da comunidade, cuja maioria, 90%, apresentava menos de oito episódios. Os dados encontrados podem ser justificados pela presença de prontuário único no CGPL, enquanto que no grupo das crianças atendidas na FASEH não é possível afirmar a existência de apenas um prontuário médico, tendo em vista que as consultas são marcadas previamente e não é realizado pronto atendimento no local. Além disso, no CGPL o ambiente em que as mães e filhos são acomodados é mais aglomerado podendo facilitar a transmissão de infecções entre as crianças.

Quanto à profilaxia do ferro, a minoria das crianças do cárcere, 28%, fazia a suplementação, diferentemente das crianças do domicílio, que a maior parte, 66%, a fazia. Durante a análise do prontuário, percebeu-se que o ferro profilático era prescrito na maioria das consultas, tanto para as crianças da FASEH como para as crianças do CGPL, porém, devido à ausência de recurso financeiro materno ou escolta para realizar a compra, muitas das crianças no CGPL não realizaram a suplementação.

As demais variáveis não apresentaram relação estatística significativa.

CONCLUSÃO: Após a comparação, pôde-se concluir que há diferenças nos indicadores de saúde das crianças. No entanto, os problemas encontrados podem ser prontamente ajustados para melhoria na saúde infantil carcerária. Assim, a permanência do lactente na penitenciária é defendida, pois a garantia do binômio mãe e filho no primeiro ano de vida é essencial para o adequado desenvolvimento humano, estando diretamente relacionada à redução de morbidade e promoção da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS:

- Black MM, Walker SP, Fernald LCH, Andersen CT, DiGirolamo AM, Lu C, McCoy DC, Fink G, Shawar YR, Shiffman J, Devercelli AE, Wodon QT, Vargas-Barón E, Grantham-McGregor S. Early childhood development coming of age: science through the life course. *The Lancet*. 2017 Jan 7;389(10064):77-90.
- Gregol LF. Maternidade no Cárcere: Um estudo reflexivo acerca da prisão feminina e o exercício da maternidade no sistema penitenciário brasileiro [undergraduate thesis]. Rio de Janeiro: Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2016.
- Marini BPR, Lourenço MC, Barba PCSD. Systematic literature review on models and practices of early childhood intervention in Brazil. *Revista Paulista de Pediatria*. 2017;35(4):456-463.
- Thomas AB, Ribas LW, Birck M. Os Filhos do Cárcere: a Situação das Crianças que Vivem em Estabelecimento Penal Feminino em Virtude da Pena Privativa de Liberdade Cumprida pela Mãe. (Re)pensando Direito. 2017;7(14):233-253.
- Ventura M, Simas L, Larouzé B. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*. 2015; 31:607-619.